

Trajectoria e práxis de Amílcar Cabral: O Pedagogo das Lutas Anticoloniais Africanas em Cabo Verde e Guiné-Bissau

Amílcar Cabral Trajectory and Practice: the pedagogue of African anti-colonial struggles in Cape Verde and Guinea-Bissau

Serinaldo Oliveira Araújo

Doutorando em Estado e Sociedade -
Universidade Federal do Sul da Bahia, UFSB,
Brasil

Professor da Educação Básica - SEC- Bahia
odlanires@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5349-3051>

Resumo: Este artigo, combinado com revisão bibliográfica e análise documental, apresenta a trajetória, teoria e práxis de um importante líder anticolonial africano, Amílcar Cabral. Poeta e revolucionário, conduziu a luta armada na Guiné-

Bissau, transformando-a em um dos mais bem-sucedidos processos de libertação nacional contra o colonialismo europeu. Tendo internacionalizado a luta anticolonial, Cabral angariou apoio externo e deu a conhecer ao mundo a forte repressão e a fome que sofriam as colônias. Ele viveu integralmente a luta anticolonial, foi combatente, teórico e acadêmico. A complexidade de seus anseios e pensamentos é de uma atualidade incomum, e se insere em discussões como liderança, democracia, cultura, educação – dentre outras. Nesse sentido, esta pesquisa apresenta uma introdução à teoria e à práxis de Cabral, destacando-se alguns aspectos da sua concepção de cultura e educação.

Palavras-Chave: Amílcar Cabral; Guiné-Bissau; Educação Anticolonial

Abstract: This article, combined with a bibliographical review and documentary analysis, presents the trajectory, theory and praxis of an important African anti-colonial leader, Amílcar Cabral. A poet and revolutionary, he led the armed struggle in Guinea-Bissau, transforming it into one of the most successful national liberation processes against European colonialism. Having internationalized the anti-colonial struggle, Cabral raised foreign support and made the world aware of the severe repression and hunger suffered by the colonies. He lived the anti-colonial struggle to the full, as a fighter, theoretician and academic. The complexity of his desires and thoughts is of unusual relevance today, and is part of discussions such as leadership, democracy, culture, education - among others. In this sense, this research presents an introduction to Cabral's theory and praxis, highlighting some aspects of his conception of culture and education.

Keywords: Amílcar Cabral; Guinea-Bissau; Anticolonial education

Introdução

Início saudando e reafirmando o meu respeito e solidariedade a todos os meus ancestrais, da África e da diáspora, que lutaram por um futuro mais justo e solidário para todos.

De caráter qualitativo, esta pesquisa combina revisão bibliográfica e análise documental. A revisão bibliográfica se deu, principalmente, pela leitura de artigos originalmente publicados como edição especial do jornal acadêmico *African Identities*. Essa revista acadêmica britânica, que se concentra em temas como África contemporânea e africanidades elaboraram uma coletânea com o propósito de examinar os efeitos do pensamento e práxis de Cabral na contemporaneidade.

Importa dizer que o conceito de práxis aqui é tomado a partir do sentido que lhe atribui Karl Marx, que o remete à transformação material da realidade, ou seja, em que a teoria só pode ser legitimada epistemologicamente se tiver origem na prática e puder realizar intervenções qualificadas nas estruturas sociais. De modo que a práxis não se limita à atividade prática ou à ação política, mas inclui a reflexão crítica e teórica sobre a realidade social (PETROVIC, 1983).

Quanto à análise documental, ela ocorreu pela leitura do Relatório da Missão Especial da ONU na Guiné (1972) e pelo levantamento de discursos e textos¹ de Amílcar Cabral, proferidos ou escritos durante a luta anticolonial, no meio da selva, enquanto conduzia a luta armada (1963-1973). Assim, esta investigação procura dar a conhecer uma parte do que historicamente foi invisibilizado, o legado epistemológico, de luta e resistência da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

O poeta, agrônomo, teórico marxista e combatente revolucionário, Amílcar Lopes Cabral, é considerado o percussor da nacionalidade bissau-guineense e cabo-verdiana e o teórico da luta anticolonial africana contra o domínio português, tendo desempenhado um papel tão importante que, ao analisar a sua trajetória e o que foi escrito sobre ele, considero improvável tratar do processo de descolonização portuguesa na África sem mencionar seu protagonismo e a forma como conduziu a luta armada, tanto pelo seu protagonismo em Guiné-Bissau e Cabo Verde, quanto pela sua participação nas principais discussões de seu tempo sobre o continente.

O pensamento de Cabral foi influenciado pelo movimento Pan-africanista e pelos movimentos nacionalistas africanos, em um período de forte efervescência política (fim da Segunda Guerra Mundial e mobilização internacional) de países asiáticos e africanos contra o

¹A arma da Teoria, 1980; *Revolution in Guinea: an African people's struggle*, 1974 “textos selecionados por Cabral”.

colonialismo europeu. Forjado nesse contexto, transformou-se em um importante líder anticolonial (SANTOS, 2019).

Para Cabral, a luta armada era apenas um momento necessário para o processo de independência, pois a verdadeira libertação consistiria na descolonização das mentes, uma transformação radical do sistema educacional colonial para uma educação popular, libertadora, comprometida com a tradição africana e a formação política do povo. Assim, ao mesmo tempo em que conduzia a luta armada, ministrava seminários, criava escolas e implementava um novo modelo educativo nos territórios libertados (ARAÚJO, 2021).

Para ele, fosse a Guiné-Bissau, Cabo Verde ou em qualquer outro lugar do continente africano, a educação era elemento fundamental para emancipação dos sujeitos. Alguns de seus discursos e textos, considerados os mais importantes, foram escritos em plena selva, enquanto avaliava a luta armada e ministrava seminários (CABRAL, 1974).

Cabral dizia que o povo não luta por ideias, por abstrações, pessoas lutam por coisas concretas, pela paz, pela justiça, por melhores condições de vida. Por isso, apesar de intelectual, ele não falava ou escrevia de maneira complicada, que dificultasse a compreensão para o povo e os companheiros de luta (FREIRE, 2004). Ele entendia que era necessário falar e fomentar a luta pela libertação a partir dos próprios sujeitos e da condição colonial em que viviam, tomando-os como partida, apresentando-lhes propósitos práticos pelos quais lutariam, por compreender que o povo era força motriz contra o colonialismo português (LOPES, 2012).

Essa foi a maior dificuldade dele e de seus companheiros, tornar a revolta significativa aos mais oprimidos e explorados, conseguir a participação direta e ativa das massas camponesas nessa empreitada revolucionária, era um enorme desafio.²

Mais do que mostrar que eram explorados, Cabral entendia que era necessário despertar a consciência política dos bissau-guineenses e cabo-verdianos. Deste modo, partindo da compreensão do que ele havia percebido sobre a realidade do povo, principalmente da Guiné-Bissau, passou a associar diretamente o colonialismo português à realidade em que estavam inseridos: ao aumento da fome, ausência de escolas e hospitais e aporte violência e repressão que sofriam.

²Por este aspecto, do esforço de despertar a consciência política dos mais explorados e da necessidade de se estabelecer um diálogo a partir do que é significativo para o povo, é que Cabral é comumente associado ao pensamento de Paulo Freire.

Assim, tendo superado esse e outros desafios, protagonizou um dos mais bem-sucedidos processos de independência na África contra o imperialismo europeu. Contudo, considerando que, “[...] a descolonização é sempre um fenômeno violento” (FANON, 2005: 25), Cabral não assistiu à concretização do seu sonho, as independências de Guiné-Bissau (1973) e Cabo Verde (1975), tendo sido violentamente assassinado, a mando das forças coloniais (SANTOS, 2019).

Contudo, apesar de nos últimos anos ter havido uma retomada do seu pensamento, não há tantas edições recentes de seus textos, e algumas obras tiveram suas últimas publicações durante a década de 1970 (RUDEBECK, 2012). Portanto, importa a esta pesquisa contribuir para a visibilidade de seu pensamento político, dando a conhecer sua liderança e postura frente ao processo de descolonização africana em Guiné-Bissau e Cabo Verde. Sobretudo em um ano tão importante (2024) à sua memória, um ano de comemorações e potencial retomada de seus pensamentos, o ano de seu centenário (Cabral nasceu em 12 de setembro 1924).

Trajetória do pedagogo da independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde

Amílcar Lopes Cabral nasceu em Bafatá, no dia 12 de setembro de 1924, na Guiné-Bissau, e morreu em 1973, em Conacri, República da Guiné (país vizinho). Ele nasceu em um período em que a Guiné-Bissau se recuperava de maneira dolorosa das sangrentas guerras de conquista e consolidação do poder colonial (1915). Ao mesmo tempo, foi um período marcado por uma longa tradição de resistência do povo bissau-guineense, o que, segundo ele próprio, o teria inspirado em sua postura anticolonial (MENDY, 2012).

Filho de um professor cabo-verdiano e de mãe bissau-guineense (de ascendência cabo-verdiana), cresceu em Cabo Verde, para onde mudou-se ainda criança (1932), e, em 1945, foi para Lisboa frequentar o Instituto Superior de Agronomia. Durante o período que estudou na capital portuguesa, onde formou-se em agronomia e engenharia hidráulica, esteve atento às discussões de seu tempo, e participou, enquanto esteve na Casa dos Estudantes do Império (CEI), dos debates e da gestação dos principais organismos políticos de luta contra o domínio colonial português (FREIRE, 2004; LOPES, 2012).

A CEI foi uma instituição estatal portuguesa, criada em Lisboa, em 1943, para albergar os/as estudantes das colônias portuguesas que iam estudar na metrópole. O objetivo do governo português era consolidar, entre os/as jovens estudantes africanos/as, a mentalidade colonial; no

entanto, essa associação de estudantes acabou formulando um pensamento crítico, tanto ao colonialismo quanto à ditadura salazarista, por isso acabou sendo fechada em 1964, acusada de servir de base para atividades de oposição ao governo português (SANTOS, 2019).

Pela CEI, além de Cabral, passaram outros importantes líderes das lutas anticoloniais africanas, como Marcelino dos Santos, membro fundador da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), Mário Pinto de Andrade, membro fundador do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e Agostinho Neto, primeiro presidente da Angola. Nesse ambiente, Cabral foi fortemente influenciado e despertado pelos intelectuais de sua época, como: Aimé Césaire, Frantz Fanon, Leopold Sedar, Kwame N’Kruma, Gamal Nasser, Patrice Lumumba ,dentre outros (SANTOS, 2019).

Após concluir os estudos, foi contratado pelo Ministério do Ultramar como adjunto dos Serviços Agrícolas e Florestais da Guiné-Bissau e, para lá, regressou em 1952, incumbido de realizar o recenseamento agrícola do país. Isso lhe proporcionou aproximar-se dos/as camponeses/as e adquirir um profundo conhecimento sobre o território da Guiné-Bissau (COMITINI, 1980; SANTOS, 2019).

Em 1954, Cabral foi obrigado a emigrar de Guiné-Bassau para Angola,em decorrência da repressão do governo local, e passou a ter permissão para permanecer em Guiné-Bissau apenas uma vez por ano.Nesse período,enquanto atuava como agrônomo, ele intensificou a sua postura anticolonial ao acompanhar e apoiar os movimentos nacionalistas angolanos,junto a Agostinho Neto e Mário Pinto de Andrade, líderes do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Tendo alargado a sua experiência anticolonial, e estreitado relações com outros líderes africanos, Cabral, em 1956, junto ao irmão Luís Cabral e de outros companheiros cabo-verdianos e bissau-guineenses, fundaram, na capital, Bissau,o Partido Africano pela Independência (PAI), que se tornou posteriormente o Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), uma organização anticolonial que pretendia libertar tanto a Guiné-Bissau quanto Cabo-Verde do jugo português (ARAÚJO, 2021).

Agindo na clandestinidade por três anos, o PAIGC acabou tendo participação decisiva na greve dos marinheiros e estivadores do Porto de Bissau, no cais de Pidjiguiti, ocorrida em 03 de agosto de 1959, por melhores salários e condições de trabalho. Contudo, a greve foi duramente reprimida pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), polícia portuguesa, e resultou na morte de dezenas de trabalhadores a tiros (COMITINI, 1980). A PIDE, foi uma polícia política

criada em 1945 para reprimir, perseguir, prender e interrogar os opositores do Estado Novo, e teve papel crucial na manutenção do regime, através da repressão política, da cesura e da vigilância, impedindo as constatações públicas e oposições organizadas.

O massacre de Pidjiguiti, como o episódio ficou conhecido, tornou-se um símbolo da luta anticolonial na Guiné-Bissau, e contribuiu para que mais bissau-guineenses se juntassem à luta, convertendo o PAIGC em uma estratégia e esperança de libertação nacional.

Foi após esse massacre que, em setembro de 1959, Cabral e os camaradas do PAIGC decidiram pelo início das mobilizações camponesas e, em 1960, transferiram a sede do partido para a República da Guiné, também, conhecida como Guiné-Conacri, nação vizinha que havia se tornado independente da França em 1958 (ARAÚJO, 2021; SANTOS, 2019). Foi também a partir do massacre, que Cabral, como Secretário-Geral do PAIGC, intensificou as relações internacionais, principalmente, com os países socialistas, angariando apoio e dando a conhecer ao mundo, o aumento da fome e a forte repressão sofrida por Guiné-Bissau e Cabo Verde (ARAÚJO, 2021).

Ele, porém, recusava as categorizações, preferia não ser classificado, não tendo por exemplo, definido-se como marxista ou não marxista. E procurava não se implicar diretamente com as disputas internacionais, pois buscava apoio tanto com as nações capitalistas quanto com potências antagônicas, como a União Soviética, sua principal aliada. Contudo, sabe-se que Cabral era fortemente influenciado pelo pensamento marxista, tendo adequado essas perspectivas às demandas locais da luta (LOPES, 2012; DIAS, 2020).

Com efeito, Cabral não se definia como marxista e como estratégia, procurava não emitir opiniões publicamente sobre a Guerra Fria. Mas ele recebeu amplo apoio dos países do bloco socialista, e deixou evidente, seja pela forma como conduziu a luta anticolonial ou pelas convicções pessoais, a sua práxis marxista (DIAS, 2020).

Cabral influenciado pelos textos marxistas, em seu exercício prático-crítico, demonstrou bastante coerência, e viveu integralmente a substantividade da luta, um dia estava na selva bissau-guineense, em plena luta armada, ministrando seminários, dias depois estava falando na ONU, denunciando a violência imposta por Portugal aos países africanos, ora estabelecendo alianças na América, Europa ou Ásia (FREIRE, 2004).

Em junho de 1960, esteve na II Conferência dos Povos Africanos em Tunes, Tunísia; esteve em Londres, em uma conferência que tratou da luta anticolonial no continente africano e no

mesmo ano, em Londres, publicou um de seus textos sob o pseudônimo de Abel Djassi, em que denunciava o colonialismo português (ARAÚJO, 2021).

No ano seguinte, 1961, ele participou como promotor da conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), em Rabot, Marrocos. Importa dizer que esse evento originou posteriormente a organização dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, PALOP (COMITINI, 1980). Em julho ainda do mesmo ano, ele produziu o *Relatório Geral da luta empreendida pelo PAIGC em Guiné e Cabo Verde*. Em 1962 Cabral chegou à ONU, ocasião em que apresentou oficialmente o PAIGC ao mundo, internacionalizando a luta anticolonial, o que representou uma conquista importante no campo político.

Ele também esteve, em 1966, em Havana, Cuba, na I Conferência Tricontinental dos Povos da Ásia, África e América Latina. Nessa ocasião, enfatizou a necessidade de uma consciência e teoria revolucionária, além da fidelidade às demandas locais para o sucesso da luta anticolonial (MENDY, 2012). Essa é considerada uma das suas mais importantes intervenções e, em geral, uma importante contribuição teórica à luta dos movimentos de libertação nacional na África (COMITINI, 1980).

A luta armada organizada contra o domínio português no continente começou em Angola, em 4 de fevereiro de 1961, quando o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), apoiado por Cuba e pela União Soviética, lançou seu primeiro ataque. Nesse período, Guiné-Bissau e Cabo Verde sofriam forte repressão e aumento da fome, o que forçou o PAIGC, em 1963, também a aderir à luta armada (COMITINI, 1980).

No entanto, o primeiro impulso não foi a violência, pois Amílcar e o PAIGC recorreram à ONU, a memorandos, ao apoio internacional, porém, sabiam que uma nação imersa em uma ditadura de décadas era incapaz de reconhecer a soberania de Guiné-Bissau e Cabo Verde (LOPES, 2012). Desse modo, em 23 de janeiro de 1963, a luta armada contra o colonialismo português teve início na Guiné-Bissau, após ataque a um quartel das forças coloniais, no sul do país, pelos nacionalistas (ARAÚJO, 2021).

O único caminho possível que restou para a libertação era a revolução armada. As forças imperialistas agiam essencialmente pela violência, impondo que para se libertarem deveriam reagir a ela. No entanto, uma luta armada diferente de algumas ocorridas nos últimos anos, pois de acordo com Lopes,

A África assistiu nos últimos trinta anos a proliferação de movimentos armados sem ideologia (no sentido defendido por Cabral), voltados para a conquista do poder e mais nocivos que construtivos, capazes de alguns dos piores massacres da História e até mesmo de destruir todos os fundamentos do Estado (2012:13).

Diferente de alguns movimentos contemporâneos armados no continente africano, Cabral compreendia que os fundamentos da luta anticolonial eram políticos e dedicou-se primeiro à mobilização política para, somente depois, justificar a luta armada (LOPES, 2012).

Com efeito, a exploração, espoliação e desumanização do povo africano pelos colonizadores só poderia ser resolvida [...] “pela afirmação violenta por parte dos autóctones de sua subjetividade” (WICK, 2012: 75). Desse modo, para Cabral, importava determinar de quais formas a violência seria empreendida, de maneira moderada e precisa, para garantir o verdadeiro objetivo, a libertação nacional do jugo colonial.

De fato, de acordo com Fanon, era improvável que as colônias fossem libertadas pacificamente, já que a única coisa que os colonizadores conheciam era a violência. Ele afirma: a “[...] descolonização, que se propõe mudar a ordem do mundo, é, está visto, um programa de desordem absoluta. Mas não pode ser o resultado de uma operação mágica, de um abalo natural ou de um acordo amigável.” (FANON, 2005: 26). A violência tornou-se a única resposta e possibilidade de retomarem sua liberdade e o protagonismo de sua própria história.

Cabral (1974) assim como Fanon (2005), entendia que as lutas por libertação nacional no continente tinham em vista a afirmação do direito inalienável de que cada povo deve ser sujeito de sua própria história, o que não ocorria antes da emergência do nacionalismo. Assim, o homem pacífico, o humanista, como ele próprio se considerava, que preferia a poesia às armas, o diálogo à violência, não conseguiu evitar a luta armada, tendo sido arrastado à guerra, em busca da paz.

A guerra contra o regime português durou uma década, e ganhou tanta repercussão, devido à forte propaganda do PAIGC e internacionalização feita por Cabral, que teria inclusive influenciado, ideologicamente, quadros das forças armadas portuguesas e, assim, contribuído para Revolução dos Cravos que derrubou o regime fascista de Marcelo Caetano em 1974 (LOPES, 2012; WICK, 2012).

Sobre isso, Cabral afirmava que não eram os soldados portugueses ou Portugal os inimigos, e sim o colonialismo, tendo conduzido a luta de forma estratégica, transparente, legítima e sem excessos. Demonstrava, desse modo, até para os soldados portugueses, que os povos bissau-

guineense e cabo-verdiano apenas se defendiam e repeliam uma injusta agressão (CABRAL, 1974).

No entanto, o percussor da nacionalidade bissau-guineense e cabo-verdiana não conseguiu assistir o seu sonho de independência tornar-se realidade. Cabral foi assassinado a tiros, em 20 de janeiro de 1973, em Conacri, capital da República da Guiné (COMITINI, 1980). Ele próprio teria dito, “Juro que vou dedicar a vida, toda a minha energia e toda minha coragem, toda a capacidade que tenho como homem, até o dia de minha morte, ao serviço do meu povo, na Guiné e em Cabo Verde” (CABRAL, 1974:72).

Ainda sobre a sua morte, Manuel Alegre, o poeta português, revelou em entrevista, publicada por Helena Ferro de Gouveia repórter da Deutsche Welle (DW), que quando esteve com Cabral em Argel, onde estava exilado, ele teria lhe dito: “quando for assassinado, sê-lo-ei por um homem do meu povo, do meu partido, provavelmente fundador, ainda que guiado pelo inimigo.” (GOUVEIA, 2013).

Tendo a sua trajetória interrompida aos 48 anos, o seu receio se cumpriu. Ele foi assassinado por antigos camaradas do PAIGC, a mando das forças coloniais portuguesas, enquanto chegava de um compromisso político em sua casa. Apesar das divergências que existem até hoje de quais seriam de fato, as reais motivações e o(s) mentor(es) do assassinato, sabe-se que Cabral morreu em consequência da guerra, da forma comedida com que conduzia a luta armada, das contradições da revolução que empreendeu (SANTOS, 2019). Ao ser abordado, ele teria resistido, e aos que o tentaram amarrar, ele teria dito que preferia a morte a ser amarrado, afinal era em prol de que as pessoas não fossem cativas que ele lutava (GOUVEIA, 2013). O assassinato de Cabral impulsionou a revolução, resultando, em 24 de setembro do mesmo ano, na proclamação unilateral do Estado Nacional da Guiné-Bissau (ARAÚJO, 2021).

Apesar do processo de independência ter sido reconhecido oficialmente por diversos países, “[...] frutos da estratégia de internacionalização da luta idealizada por Cabral” (SANTOS, 2019: 136), incompreendida muitas vezes pelos seus companheiros de partido, Portugal só a reconheceu em 1974, após a Revolução dos Cravos. Carismático, convicto e obstinado, disposto a pagar o mais alto preço pelo seu sonho, Cabral foi uma liderança necessária para o seu povo.

A cultura e a educação como armas transformadoras

“A Guiné em que Cabral nasceu era também um país dividido, entre civilizados e não civilizados” (MENDY, 2012: 21). No mundo cindido pelo colonialismo, ser “civilizado” significava abandonar toda a cultura tradicional autóctone, aprender a língua, escrita, hábitos e religião do colonizador, além de assimilar todos os seus pressupostos racistas.

O próprio Cabral, por ter tido acesso a uma educação euro centrada, correu o risco da internalização dos pressupostos coloniais. Contudo, a sua participação nas principais discussões de seu tempo, o convívio com nacionalistas africanos na CEI, o despertar da consciência negra, forjaram a sua postura anticolonial. Portanto, para Cabral os esforços para a libertação nacional eram ao mesmo tempo um fato de cultura e fator cultural. Dito de outro modo, a resistência cultural lera o caminho efetivo para a libertação nacional (LOPES, 2012).

Como falado em um dos seus discursos, a preservação da cultura de um povo é o que assegura a sua continuidade histórica. É nela que reside as possibilidades de progresso ou regresso, pois por meio dela se nega e se resiste à sujeição qualquer influência nociva estrangeira (COMITINI, 1980). Nesse sentido, a reafirmação da cultura local possibilitaria a descolonização das mentes, desvelando que a sujeição, complexo de inferioridade, eu racismo eram estratégias de dominação europeia.

Para Cabral, a perpetuação do domínio português era improvável desde que, na África, se compreendesse que todos as absurdas formulações racistas que procuraram sustentar e justificar os crimes de lesa-humanidade cometidos no continente, não passavam de uma tentativa violenta de assimilação, invisibilização e apagamento cultural dos povos colonizados (COMITINI, 1980).

Esse era um enorme desafio, pois o país sofria com a ausência de serviços básicos, como: saúde e educação. Em um discurso proferido em uma assembleia em Londres, Cabral apresentou um panorama do sistema educacional da Guiné-Bissau, antes do início da luta por libertação e implementação das Escolas-Pilotos do PAIGC,

Quanto às escolas, eram apenas 45, e eram missionárias católicas, ensinando apenas o catecismo. Havia 11 escolas oficiais para crianças assimiladas. [...] Havia apenas 2.000 crianças nas escolas em todo o país. E você pode imaginar o tipo de ensino (1972, p. 23).

Cabral classificava a falta de saúde, educação, infraestrutura, e os altos índices de mortalidade e analfabetismo como um projeto deliberado dos colonizadores portugueses para

impedir o desenvolvimento do país, tal como teria ocorrido nas demais colônias, a exemplo de Moçambique e Angola.

Contudo, foi durante o I Congresso do PAIGC, ocorrido entre os dias 13 e 17 de fevereiro de 1964, na região de Cassacá, na Guiné-Bissau (zona já libertada), que o partido e seu Secretário-Geral deram um importante passo. Com a participação de Amílcar Cabral, seu irmão Luís Cabral e demais dirigentes, o partido discutiu a situação das zonas que, apesar de libertadas, não contavam com acesso à educação, serviço disponível somente nas zonas urbanas, controladas pelos portugueses, e de caráter colonial (SANÉ, 2018).

Após três dias de discussões, o PAIGC, sob a liderança de Cabral que preferia livros a armas, poesia à violência, decidiu que, simultaneamente à luta armada, criaria escolas e implementaria um novo modelo de educação, alternativo e participativo, nas zonas já libertadas (CÁ, 2000). Dessa decisão tiveram origem as Escolas-Piloto do PAIGC, escolas políticas e de combatentes, que tinham como pressuposto uma transformação radical do sistema educacional colonial para uma educação emancipatória e comprometida com a tradição africana (COMITINI, 1980).

“Sob lema: todos os que sabem devem ensinar aos que não sabem o PAIGC desenvolveu dois projetos educacionais simultâneos, um para adultos e outro para jovens” (VAZ, 2022: 16), e criou instalações educacionais (escolas de aldeia e internatos) em zonas libertadas e duas instalações em países vizinhos: a Escola Piloto na República da Guiné e a Escola Teranga no Senegal (CABRAL, 1979).

O partido chegou a criar um instituto com representantes permanentes em Conacri e em Dacar (1965). Este instituto chamado de Instituto da Amizade atuava diretamente na promoção da educação em zonas já libertadas e angariava apoio internacional para elaboração de novos materiais e oferta de bolsas de estudo em países, como: Cuba, República Democrática Alemã, Romênia, Estados Unidos e União Soviética (VAZ, 2019).

A educação política era obrigatória em todos os contextos de luta. O conceito de educação política ou militante, no processo de luta anticolonial, tratava-se do ensino engajado e focado na formação política que compreendia a luta por libertação nacional, a realidade local e as lutas de descolonização que ocorriam pelo continente.

A direção dessas escolas e a elaboração de matérias ficaram a cargo de jovens nacionalistas com idades entre 15 e 25 anos, vindos de classe operária, camponesa e até da pequena burguesia

local que, assim como Cabral, haviam estudado no exterior, principalmente em Portugal, de onde retornaram quando souberam do início da luta pela libertação nacional (VAZ, 2022).

Este foi o caso da filósofa e historiadora cabo-verdiana, Maria da Luz, conhecida como “Lilica” Boal, que em junho de 1961, ano do início do conflito armado em Angola, fugiu de Portugal junto a outros estudantes africanos para integrarem os movimentos anticoloniais no continente. Lilica Boal acabou se identificando com os movimentos anticoloniais ainda em Lisboa, por frequentar a CEI, e em 1969 assumiu, a pedido de Amílcar Cabral, a direção da Escola-Piloto do PAIGC, fundada em 1965, em Conacri e foi uma das responsáveis pelo desenvolvimento de alguns materiais didáticos³ (SAMPAIO, 2014).

Esses professores/as, até 1966, atuavam usando materiais coloniais, tendo que se reinventarem, desenvolvendo competências para descolonizar e desconstruir o único material que dispunham, isso, enquanto ensinavam, um processo, portanto, que ocorria na práxis. O currículo desenvolvido pelo PAIGC foi influenciado diretamente pela luta de libertação local e pelas conjunturas do continente. A oferta de educação para os jovens e adultos dividia-se em duas etapas, i) 1ª a 2ª série e abordava os seguintes conteúdos: a história de luta e resistência da Guiné-Bissau ao colonialismo português; a criação do PAIGC e sua estrutura organizacional; a opressão e exploração exercida por Portugal em particular; e o colonialismo no continente africano. A segunda etapa, ii) 3ª a 5ª série, era mais abrangente, e abordava: as lutas no continente africano; os movimentos de libertação; lutas diplomáticas; relações de Gênero; lutas Históricas; e o Racismo (VAZ, 2019).

Em relatório da Organização das Nações Unidas, ONU (1972), esse sistema educacional foi mencionado como um modelo alternativo e participativo. Esse relatório foi resultado da visita de três membros da ONU a Guiné Bissau em abril de 1972, a convite do PAIGC. Os membros do comitê visitaram nove zonas libertadas⁴, dentre outras coisas, conheceram algumas Escolas Piloto, acompanharam aulas, apresentações teatrais e de música.

A partir do que constataram e dos dados fornecidos pelo PAIGC, a comissão elaborou o relatório que tinha por objetivos apontar as condições de Guiné-Bissau naquele momento e as aspirações de seu povo para o futuro. Segundo o relatório, havia, nesse período, 200 escolas nas zonas libertadas, atendendo cerca de 20.000 estudantes, além de jovens que eram enviados para

³ Para acompanhar a entrevista completa de Lilica Boal, dada a emissora Deutsche Welle (DW), ver Sampaio, 2014.

⁴ Termo usado nos documentos do PAIGC, para se referir aos territórios sob controle do partido, onde o acesso ou influência dos portugueses era limitado ou inexistente.

o ensino superior no estrangeiro, e os seminários que eram ministrados aos guerrilheiros na floresta durante a luta.

Como o visionário que era, Cabral temia que, sem lideranças qualificadas e acesso à educação, a Guiné-Bissau pós-independência sucumbisse a uma relação de dependência e cooperação internacional ou ao desejo de uma pequena elite local de usurpar o poder. Ele entendia que, apesar de as massas camponesas assimilarem os objetivos concretos da luta, e serem a força motriz que possibilitaria a libertação, sem formação, seriam incapazes de compreender as questões subjetivas da revolução (LOPES, 2012). Abaixo uma imagem de uma escola primária improvisada em Sárà, uma zona libertada:

Imagem 1: Escola primária improvisada em Sárà



Fonte: Roel Coutinho, Fotografias da Guiné-Bissau e Senegal (1973–1974)⁵

⁵O professor Roel Coutinho atuou como médico na Guiné-Bissau entre 1973 e 1974, último ano de guerra pela libertação nacional, e durante esse período faz vários registros fotográficos (cerca de 752 fotografias),

Cabral alegava que os fracassos das colônias africanas eram decorrentes da ausência de um projeto político próprio, pois, para ele, não há revolução, sem teoria revolucionária. Nesse sentido, seus receios se cumpriram: a Guiné-Bissau, desde a independência, sofre com ambos os males, a instabilidade política e a dependência da cooperação internacional. No entanto, como seria se Cabral não tivesse sido assassinado?

Nunca saberemos, caso tivesse sobrevivido, se teria fôlego para pensar e desenvolver um projeto político de pós-independência de sucesso, fosse na educação, fosse na economia ou na democracia participativa. Contudo, as tomadas de decisões em Guiné e Cabo Verde baseadas em seu pensamento e análises são, em geral, consideradas bem-sucedidas. Com efeito, mesmo tendo sido assassinado de forma precoce, o pedagogo da revolução atingiu os seus objetivos mais imediatos em Guiné-Bissau e Cabo Verde, a libertação nacional e de seu povo (RUDEBECK, 2012).

Considerações: palavras faladas e palavras vividas

A história de Cabral confunde-se com a história de luta, resistência e libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde do colonialismo português. Pois esses territórios não foram apenas sua terra natal, mas o lócus da sua teoria e práxis, do seu desenvolvimento intelectual e projeção como líder africano.

Com uma série de inovações, transformou a luta anticolonial em um ato cultural, mobilizando apoio internacional e denunciando ao mundo o que ocorria no continente. Manteve a realidade particular de seu povo como referência, procurou não exportar nenhum projeto político, e conduziu a luta armada de maneira moderada, transparente, honesta, sem terrorismo, respeitando as tradições de seu povo, tendo como fundamento a cultura e a educação.

Compreendia que não bastava descolonizar apenas o território, era necessária também a descolonização das mentes para que a libertação fosse efetiva, e não implicasse posteriormente em uma dependência política, cultural ou econômica. Por isso, enquanto o PAIGC conduzia a luta armada, ele formava os quadros de soldados e criava escolas nas zonas já libertadas,

os quais doou em 2016 para a Biblioteca do Centro de Estudos Africanos, Leiden (Holanda). Contudo, a coleção digitalizada pode ser encontrada no repositório virtual: https://commons.wikimedia.org/wiki/Main_Page, no arquivo: Guiné-Bissau e Senegal 1973-1974 (Coleção Coutinho).

implementando um novo modelo de ensino, emancipatório e contra hegemônico, valorizando a cultura e as tradições locais.

O relatório da ONU e os artigos analisados comprovam, de fato, a coerência, entre o que lemos nos textos de Cabral e o que ocorria na Guiné-Bissau na condução da luta armada. O pedagogo da revolução, como foi chamado por Paulo Freire (2004), manteve-se coerente, dada a consonância do processo de libertação africana sonhado por ele e a forma didática como conduzia a política externa, a luta armada e a educação no interior da Guiné-Bissau, vivendo integral as palavras escritas e faladas.

Cabral é, sem dúvida, um importante intelectual do século XX, e o seu pensamento e anseio por um projeto de educação emancipatória e contra hegemônica é de uma atualidade incomum, e estende-se da África à diáspora. Seu legado teórico, político e prático contribui com debates contemporâneos sobre raça, ética e globalização.

Mesmo não sendo tão lido ou lembrado, na contemporaneidade, quanto poderia o seu significado histórico, para todos aqueles que se reconhecem negros/as, seja na África, se Jana diáspora, é inspirador. Assim, esta pesquisa se caracteriza pelo esforço de valorizar e difundir o que sistematicamente nos foi negado, o legado epistemológico, cultural e de resistência do continente africano.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Serinaldo (2021). *(Re) Aprendendo a história da África: análise do processo de imperialismo e descolonização africana no livro didático de História*. Dissertação (Mestrado em Ensino e Relações Étnico-Raciais) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Porto Seguro.
- CÁ, L. O (2000). A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1973). *Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins*, v. 2, n. 1. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/63636>>. Acesso em: 9 set. 2021.

- CABRAL, Amílcar (1979). *Análise de alguns tipos de Resistência*. Edição do PAIGC. Guiné-Bissau. Imprensa Nacional. Bolama. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/cabral/1969/11/24-1.pdf>>. Acesso em: 9 fev. 2023.
- CABRAL, Amílcar (1972). *Nosso povo são nossas montanhas*: Amílcar Cabral sobre a Revolução na Guineense. Londres: Comitê para a Liberdade em Moçambique, Angola e Guiné. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/pesqArquivo?termo=amilcar+cabral+&facetFilterFundo=2617>>. Acesso em: 16 mar. 2023.
- CABRAL, Amílcar (1974). *Revolution in Guinea: an African people's struggle*. Londres: Stage 1.
- COMITINI, Carlos (1980). *Amílcar Cabral: a arma da teoria*. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.
- DIAS, B. Luciana (2020). *Amílcar Cabral e o marxismo: dos anos de Lisboa à liderança do movimento de libertação durante a Guerra Fria (1948-1973)*. Dissertação (Mestrado em História da África) - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, p.170.
- FANON, Frantz (2005). *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF.
- FREIRE, Paulo (2004). *Pedagogia da tolerância*. Organizado por Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: Unesp.
- GOUVEIA, Helena (2013). Quarenta anos após a morte de Amílcar Cabral o que resta do seu sonho africano? *Deutsche Welle*. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/quarenta-anos-ap%C3%B3s-a-morte-de-am%C3%ADlcar-cabral-o-que-resta-do-seu-sonho-africano/a-16803396>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- LOPES, Carlos (2012). O legado de Amílcar Cabral diante dos desafios da ética contemporânea. In: Carlos, L. (org.) *Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral*. Tradução Roberto Leal. São Paulo: Ed. Unesp.
- MENDY, Peter Karibe (2012). Amílcar Cabral e a Libertação da Guiné-Bissau; contexto, desafios e lições para uma liderança africana efetiva. In: Carlos, L. (org.) *Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral*. Tradução Roberto Leal. São Paulo: Ed. Unesp.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *A Missão Especial da ONU na Guiné Bissau*. Horácio Sevilla Borja, Folke Lofgren, Kamel Belkhiria (1972). Disponível em: «A Missão Especial da ONU na Guiné» - AHS (ulisboa.pt) Acesso em: 09 dez. de 2022.
- PETROVIC, Gajo (1983). Práxis. In: Tom Bottomore (Ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. (Trad. Waltensir Dutra) Rio de Janeiro: Zahar, pp.292-6.
- RUDEBECK, Lars (2012). Uma interpretação das teorias de Cabral sobre democracia. In: Carlos, L. (org.) *Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral*. Tradução Roberto Leal. São Paulo: Ed. Unesp.
- SAMPAIO, Madalena (2014). Lilica Boal, a eterna diretora da Escola-Piloto do PAIGC. *Deutsche Welle*. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/lilica-boal-a-eterna-diretora-da-escola-piloto-do-paigc/a-17678843>>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- SANÉ, Samba (2018). Os desafios da educação na Guiné-Bissau. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v. 27, n.1, p. 55-77, jan./jun.
- SANTOS, Maria do Carmo Rebouças dos (2019). *Guiné-Bissau: da independência colonial à dependência da cooperação internacional para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Gramma.

- VAZ, Borges, Sónia (2019). *Militant Education, Liberation Struggle, Consciousness. The PAIGC Education in Guinea Bissau 1963-1978*. Berlin, Peter Lang.
- VAZ, Borges, Sónia. (2022) The PAIGC's Political Education for Liberation in Guinea-Bissau, 1963–74. Estudos sobre Libertação Nacional, nº 1. *Instituto Tricontinental de Pesquisa Social*, 1 de jul. de. Disponível em: <<https://thetricontinental.org/studies-1-national-liberation-paigc-education/>>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- WICK, Alexis (2012). A nação no pensamento de Amílcar Cabral. In: Carlos, L. (Org.) *Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral*. Tradução Roberto Leal. São Paulo: Ed. Unesp.